

A negociação política da dívida

OS CHANCELERES latino-americanos voltaram a reunir-se, neste início de fevereiro, para tratar da dívida externa. O primeiro encontro dessa natureza teve lugar em maio do ano passado, na cidade colombiana de Cartagena, ensejando que o Grupo de Trabalho então criado passasse a ser conhecido por essa denominação. No intervalo, no mês de setembro, houve uma segunda reunião, na Argentina.

A INTENÇÃO do Grupo de Cartagena era, desde o início, sensibilizar os países desenvolvidos para a magnitude assumida pela dívida externa da América Latina, que se aproximava em maio dos US\$ 300 bilhões, achando-se na atualidade avaliada em US\$ 350 bilhões. O clima que antecedeu a iniciativa era, notoriamente, de certa perplexidade. Generalizara-se a descrença na viabilidade de um acordo negociado diretamente com os banqueiros. A busca do equacionamento político aparecia como alternativa preferencial.

AO CONTRÁRIO dos chanceleres latino-americanos, os chefes dos principais governos ocidentais confiavam numa solução ajustada com os bancos, razão pela qual não alimentaram qualquer esperança de ingerência oficial.

Louvavam-se do fato de que a parcela fundamental dos empréstimos fora tomada a organizações privadas. A negociação em torno dos créditos governamentais processava-se em condições de absoluta tranqüilidade.

O QUADRO hoje alterou-se substancialmente. Em 1984, México e Brasil cumpriram todos os compromissos assumidos com os credores. A partir dessa realidade, os novos acordos já se dão em bases mais favoráveis.

NÃO SERIA lícito dizer-se que o curso dos acontecimentos haja descartado o lado político e a ingerência dos governos, que com ou sem razão acabaram sendo o principal aspecto considerado na proposta de Cartagena. O mais provável é que sua prioridade se tenha deslocado. O reescalamento emergiu como primeiro passo. A médio prazo, a recuperação econômica deverá reduzir o peso dos encargos no conjunto da economia, criando além disto oportunidades de investimentos estimuladoras da transformação de empréstimos em capital de risco.

A EXPERIÊNCIA recente serviu para comprovar que o reescalamento é exequível e tende a abranger prazos sempre mais longos. O Brasil espera adiar, desta

segunda metade do decênio para a próxima década, as datas inicialmente fixadas para vencimento dos empréstimos. Os bancos estão inclinados a aceitar períodos relativamente dilatados de carência.

PRESENTEMENTE são considerados altos os encargos remanescentes com os juros. Mas se for factível elevar as exportações brasileiras, dos atuais US\$ 25 bilhões para US\$ 40 bilhões, resultado que aparece em muitas projeções elaboradas de modo criterioso, o impacto dos juros reduz-se proporcionalmente. O desenvolvimento econômico é, portanto, o caminho da superação de muitos dos nossos problemas, inclusive os relacionados à dívida externa.

TUDO ISTO, por certo, não descarta a necessidade do tratamento político daqueles elementos que se revestem dessa característica. Os Estados Unidos têm contribuído para manter elevadas as taxas de juros. E o protecionismo reivindicado por indústrias que não lograram modernizar-se precisa ser abertamente desestimulado pelos governos respectivos. Assim, se a bandeira de Cartagena de certo modo perdeu a urgência, é pertinente e não deve ser excluída da pauta das negociações.